



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br

EDITAL Nº 003/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2025 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025

O MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU, TORNA PÚBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE A PREFEITURA MUNICIPAL, REALIZARÁ LICITAÇÃO, PARA REGISTRO DE PREÇO, NA MODALIDADE PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA, NOS TERMOS DO ARTIGO 2º, INCISO V DA LEI Nº 14.133/2021 E DO DECRETO MUNICIPAL Nº 56/2022 E DAS EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.

Data da sessão: 25/02/2025

Horário: 9:00

Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR LOTE**

Modo de disputa: **ABERTO**

Impugnações e Esclarecimentos até às 23:59 do dia 20/02/2025.

1. DO OBJETO, PRAZO E DO VALOR ESTIMADO.

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha de proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇOS** para fornecimento de medicamentos em atendimento a farmácia Municipal de Pariquera-Açu, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO POR LOTE**, considerando o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas as exigências contidas neste Edital, Documento de Formalização de Demanda, Termo de Referência quanto às especificações do objeto e sendo esses parte integrante deste edital.

1.3 A licitação será realizada **POR LOTE**, divididos em cota reservada para ME e EPP e ampla concorrência, conforme tabela constante do Termo de Referência.

1.4 Valor estimado da licitação: R\$1.145.778,83 (um milhão, cento e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos).

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 As regras referentes aos órgãos gerenciadores e aos participantes, bem como eventuais adesões são as que constam na minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL.

3.1 O registro cadastral no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** deve ser realizado para que seja viabilizada a participação dos interessados na modalidade **LICITATÓRIA PREGÃO**, em sua **FORMA ELETRÔNICA**.

3.2 O cadastro deverá ser feito no Portal de Compras Públicas, no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.

3.4 O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br

praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.6 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.

4.1 Poderão participar deste certame licitatório, todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto licitado, autorizadas na forma da lei, que preencherem as condições de habilitação constantes deste Edital e seus Anexos, respeitando a divisão em lotes determinada no termo de referência e que estejam com credenciamento regular no **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**.

4.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006.

4.3 Não poderão participar desta licitação:

4.3.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2 Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.3 Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei nº 14.133/2021;

4.3.4 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

4.4 A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15, bem como as cooperativas nos termos do artigo 16, ambos da Lei nº 14.133/2021.

4.5 Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, referente aos seguintes itens:

4.5.1 Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.5.2 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.3 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.4 Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

4.5.5 Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.6 Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.7 Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.5.8 Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.9 Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.10 Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.

5.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

5.2 A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverão ser feitos exclusivamente por forma eletrônica no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

5.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amoldarem ao previsto no art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

5.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

5.7 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

5.8 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

5.9 A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular com poderes específicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, em arquivo único, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

6.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

6.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006.

6.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

6.6 Não será estabelecida, nesta etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização da fase de lances, dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

6.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6.8 O licitante enviará sua proposta de acordo com os termos do edital e seus anexos e todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.9 No momento da apresentação da proposta será exigida a prestação de garantia na forma do artigo 58 da Lei nº 14.133/2021 como requisito de pré-habilitação, no patamar de 1% (um por cento) do valor estimado do contrato.

6.10 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.11 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.12 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7.3 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.6 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.7 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.8 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.9 O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

7.10 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.11 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.12 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de, no mínimo, 1% (um por cento) do valor do item/lote.

7.13 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 10 (dez) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três 15 (quinze) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.14 Será adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.15 A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.16 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br.

7.17 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.18 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.19 Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

7.20 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.21 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.22 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.23 Quando a desconexão do sistema eletrônico para Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura e será reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.24 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.25 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015 ou posteriores que o substituïrem.

7.26 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.27 A mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.28 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.29 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

7.30 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.31 A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE E DA NEGOCIAÇÃO.

8.1 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.1.2 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.1.3 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

8.1.4 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.1.5 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

8.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.2.2 empresas brasileiras;

8.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

8.3 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.5 O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de até 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.6 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada via sistema eletrônico e deverá:

8.6.1 Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

8.6.2 Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

8.7 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.8 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.9 Os preços devem ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

8.10 No caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão os últimos.

8.11 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.12 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.13 Não havendo interessados ou não havendo licitante habilitado ou que ofereça proposta válida, a Administração Pública terá o direito de proceder a contratação direta por dispensa de licitação, nos termos da legislação em vigente.

8.14 Se houver apenas um licitante que ofereça proposta válida, com preços compatíveis com o mercado, a licitação será adjudicada.

8.15 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

8.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

8.17 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA FASE DE JULGAMENTO E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO.

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 Tribunal de Contas da União (TCU, CNJ, CEIS E CNEP) - (<https://certidoes-CPF.apps.tcu.gov.br>);

9.1.2 Controladoria Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

9.1.3 Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em relação ao CNPJ e ao CPF do sócio. (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-aposados>);

9.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário e administrador, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br

9.3 Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.5 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

9.6 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com as normas deste edital.

9.7 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

9.8 Será desclassificada a proposta vencedora que:

9.9 contiver vícios insanáveis;

9.10 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

9.11 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.12 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.13 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.14 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, sendo que nesse caso será exigida declaração do licitante de que a proposta encaminhada é exequível, através de prazo concedido no portal durante a sessão pública, sob pena de desclassificação.

9.15 A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

9.16 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

9.17 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.18 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

9.18.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

9.18.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br

9.18.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

9.18.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.19 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.20 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.21 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

9.22 Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

9.23 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

9.24 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

9.25 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

9.26 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.27 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.28 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br

9.29 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.30 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.31 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.32 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.33 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

10. DA HABILITAÇÃO.

10.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas.

10.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.3 Caso conste na consulta de situação do fornecedor a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no relatório de ocorrências impeditivas indiretas.

10.4 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.5 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

10.6 Será exigida a comprovação da garantia de proposta como requisito de pré-habilitação, na forma prevista no artigo 58 da Lei nº 14.133/21, no patamar de 1% (um por cento) do valor estimado do contrato.

10.7 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.8 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

10.9 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

10.10 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro ou equipe de apoio lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

10.11 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 30 (trinta) minutos sob pena de inabilitação.

10.12 O prazo previsto no item acima poderá ser prorrogado por igual período, uma única vez, mediante requerimento do licitante através de mensagem enviado via sistema.

10.13 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.14 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.15 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.16 Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir juntamente com a proposta apresentada, para fins de habilitação, nos termos do item 7.1 deste edital.

11. HABILITAÇÃO JURÍDICA.

11.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

11.2 Em se tratando de microempreendedor individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

11.3 No caso de sociedade empresária ou sociedade limitada unipessoal (SLU): ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatórios de eleição ou designação dos atuais administradores.

11.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência.

11.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

11.6 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização.

11.7 A empresa deverá possuir CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) compatível com o objeto do contrato, sob pena de inabilitação.

11.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br

12. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.

12.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso.

12.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.3 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.4 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

12.5 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.6 Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa junto aos Tributos Estaduais - ICMS, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;

12.7 Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa ou positiva com efeito de negativa junto aos Tributos Municipais incidentes sobre o objeto da licitação, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;

12.8 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

13. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

13.1 Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 60 (sessenta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

13.2 No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101/2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

13.3 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

13.4 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br

13.5 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

13.6 Demonstrativo de Índices Financeiros, extraídos do balanço apresentado, para fins de análise e comprovação da boa situação financeira, analisadas de forma objetiva pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maior ou igual a 1 (um), resultante da aplicação das fórmulas abaixo ao balanço patrimonial:

LG = $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

SG = $\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$

LC = $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

13.7 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764/1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

13.8 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante apresentação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

13.9 Os licitantes deverão apresentar comprovação, por meio de declaração, da relação dos compromissos assumidos pelo que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital.

13.10 A declaração de que trata o item acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

13.11 Os licitantes deverão, sob pena de inabilitação, apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data da entrega das propostas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br

14. HABILITAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL E OPERACIONAL.

14.1 Deverão ser apresentados 01 (um) atestado de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da licitante, comprovando o fornecimento de 50% dos itens requeridos, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove o fornecimento dos itens, em períodos sucessivos ou não, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, com caracterização do bom desempenho da licitante.

14.2 O Atestado ou deverá ser apresentado em papel timbrado, original ou cópia reprográfica autenticada, assinado por autoridade ou representante de quem o expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.

14.3 Serão exigidos ainda:

14.3.1 registro da empresa no Conselho Regional de Farmácia (CRF) competente, com a indicação e documento do responsável;

14.3.2 comprovação de regularidade sanitária da empresa no local da sede;

14.3.3 autorização sanitária para funcionamento (AFE-Anvisa) e transporte dos insumos pela empresa.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE A HABILITAÇÃO.

15.1 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, desde que atendidas as demais exigências do edital.

15.2 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

15.5 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização.

15.6 O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

15.7 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

15.8 Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

15.9 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

15.10 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

15.11 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto,



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br

previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

15.12 Todos os documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar de cláusula específica deste Edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os Atestados/Certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

15.13 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

15.14 Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua Equipe de Apoio.

15.15 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

15.16 Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

15.17 Atestados de capacidade técnica ou de responsabilidade técnica podem ser apresentados em nome e com o número do CNPJ (MF) da matriz ou da filial da empresa licitante.

15.18 Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.

15.19 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.

15.20 Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

15.21 Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

15.22 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

15.23 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

16.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br

16.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

16.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura física ou digital e disponibilizada no site da Prefeitura Municipal de Pariquera-Açu.

16.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os lotes constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição dos itens as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

16.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

16.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

17. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA.

17.1 Após a habilitação do vencedor, será concedido prazo para manifestação de interesse dos demais licitantes em participar do cadastro reserva da ata, nas seguintes condições:

17.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

17.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

17.2 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

17.2 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

17.3 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

17.4 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

17.4.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

17.4.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas no Decreto Municipal nº 11/24.

17.5 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br

17.5.1 Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

17.5.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

18. DOS RECURSOS.

18.1 Após finalizada a fase de declaração do vencedor pela melhor proposta e decorrida a fase de habilitação, deverá o licitante interessado manifestar, imediatamente e após cada uma das fases, a sua intenção de recorrer, em campo próprio do sistema dentro do prazo estipulado pelo Pregoeiro.

18.2 A intenção de recorrer deverá ser manifestada de forma clara e apontar de forma sucinta e objetiva qual será o objeto do recurso que se pretende interpor e no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de não recebimento.

18.3 Recebida a intenção pelo Pregoeiro, será fixado prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

18.4 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.5 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

19.1 Julgados os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o processo será encaminhado à Autoridade Competente para adjudicação do objeto e homologação da licitação.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

20.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante/adjudicatário que:

20.2 Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

20.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

20.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

20.5 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

20.6 Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

20.7 Apresentar declaração ou documentação falsa;

20.8 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

- 20.9** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 20.10** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 20.11** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
- 20.12** O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- a) Advertência por escrito;
 - b) Multa;
 - c) Impedimento de licitar e contratar;
 - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 20.13** A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, em patamar nunca inferior a 5% (cinco por cento) até o limite previsto no artigo 156, §3º da Lei nº 14.133/2021.
- 20.14** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 20.15** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Prefeitura Municipal de Pariquera-Açu, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
- 20.16** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 20.17** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura de Pariquera-Açu poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 20.18** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 20.19** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 20.20** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.
- 20.21** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 20.22** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br.

Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.23 Serão publicadas na Imprensa Oficial da Prefeitura de Parquera-Açu, as sanções administrativas aplicadas, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

21. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO.

21.1 Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida a subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

21.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

22.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á ata no sistema eletrônico.

22.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

22.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

22.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8 Caso seja admitida a subcontratação, deverá ser observada a vedação prevista no artigo 122, §3º da Lei nº 14.133/2021.

22.9 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, serão feitos em dias úteis, excluindo o dia do início e incluindo o do vencimento e só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.10 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.11 O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.12 A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.13 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.14 A Prefeitura Municipal de Pariquera-Açu poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.15 A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.

22.16 A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.17 É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase do Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.18 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Pariquera-Açu (<https://www.pariqueraacu.sp.gov.br>).

22.19 Em caso de omissão deste edital, serão aplicados, de forma subsidiária, as normas previstas na Lei nº 14.133/2021, bem como toda a legislação correlata, inclusive súmulas do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo ou Tribunal de Contas da União, se o caso.

22.20 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br

ANEXO III – MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;

ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA;

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO IX – MINUTA DA ATA;

ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO.

PARIQUERA-AÇU, 13 DE JANEIRO DE 2025.

WAGNER BENTO DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br

ANEXO I - TERMO DE REFERENCIA

1. OBJETO E PRAZO DA ATA.

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha de proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇOS** para fornecimento de medicamentos em atendimento a farmácia Municipal de Parquera-Açu, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção do valor de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, seguem anexos e constam dos autos do processo administrativo nº 003/2025.

1.3 O prazo de vigência da ata de registro será de 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021.

2. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES.

2.1 Os itens que serão adquiridos e serão registrados em ata são os descritos abaixo:

2.1.1 Os itens serão licitados em lotes, sendo que os lotes 1, 2, 3, 4, 6 e 7 serão exclusivos para ME, MEI, EPP e os demais serão disputados em ampla concorrência, como definido no Portal de Compras Públicas.

LOTE 1							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÊUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
29	269956 - Bromoprida Dosagem: 4 mg/ml	BROMOPRIDA 4 MG/ML GOTAS - FRASCO COM 20 ML	50	500	FRASCO	R\$ 2,48	R\$ 1.240,00
43	267629 - Cinarizina Dosagem: 75 mg	CINARIZINA 75 MG - COMPRIMIDO, BLÍSTER COM 10, 15 OU 30 COMPRIMIDOS	1.800	18.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,43	R\$ 7.740,00
63	272331 - Dimenidrinato Dosagem: 100 mg	DIMENIDRATO 100 MG COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	200	2.000	COMPRIMIDO	R\$ 3,56	R\$ 7.120,00
64	272335 - Dimenidrinato Apresentação: Associado Com Piridoxina Cloridrato Dosagem: 25 mg + 5 mg/ml	DIMENIDRATO 25 MG/ML GOTAS - SOLUÇÃO GOTAS - FRASCO COM 20 ML	20	200	FRASCO	R\$ 6,70	R\$ 1.340,00
105	267310 - Metoclopramida, cloridrato de Dosagem: 5 mg/ml	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA 2 ML	10	100	AMPOLA	R\$ 0,86	R\$ 86,00
106	267312 - Metoclopramida, cloridrato de Dosagem: 10 mg	METOCLOPRAMIDA 10 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	600	6.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,13	R\$ 780,00
TOTAL							R\$ 18.306,00

LOTE 02							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÊUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7	267503 - Ácido Fólico Dosagem: 5 mg	ÁCIDO FÓLICO 5 MG CPS - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	3.600	36.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,04	R\$ 1.440,00
55	428744 - Colecalciferol Dosagem: 5600 UI/ml	COLECALCIFEROL (VITAMINA D3) 5600 UI/ML - FRASCO COM 20 ML	25	250	FRASCO	R\$ 7,78	R\$ 1.945,00
56	437109 - Vitaminas do Complexo B Composição Básica: B1, B2, B3, B5, B6, B12	COMPLEXO B (VITAMINA B1, B2, B3, B5, B6, B12) DRÁGEA/COMPRIMIDO EM BLÍSTER COM 10 OU 20 DRAGEAS/COMPRIMIDOS	10.000	100.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,04	R\$ 4.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueiraacu.sp.gov.br

120	279493 – Óxido De Zinco Princípio Ativo: Associado Com Vitamina A + Vitamina D Dosagem: 150mg + 5.000UI + 900UI/g	ÓXIDO DE ZINCO 150MG+ VITAMINA A/D 5.000UI/900UI POMADA – BISNAGA COM 45 GR	30	300	POMADA	R\$ 4,36	R\$ 1.308,00
127	449110 - Multivitaminas Composição De Vitaminas: Vits: A, B1, B2, B3, B6, B12, C, D, E Composição De Sais Minerais: Minerais: Ca, Fe, Zn Outros Componentes: Ácido Fólico	POLIVITAMINICO (VITAMINA A, VITAMINA B1, B2, B3, B5, B6, B8, VITAMINA C, VITAMINA D2 E VITAMINA E) COMPRIMIDO	2.000	20.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,73	R\$ 14.600,00
128	449101 - Multivitaminas Composição: Vitaminas A, B1, B2, B3, B5, B6, C, D, E, H	POLIVITAMINICO (VITAMINA A, VITAMINA B1, B2, B3, B5, B6, B8, VITAMINA C, VITAMINA D2 E VITAMINA E) SOLUÇÃO ORAL GOTAS - FRASCO COM 20 ML	60	600	FRASCO	R\$ 17,99	R\$ 10.794,00
133	399414 – Retinol Composição: Associada Com Colecalciferol Concentração: 50.000 UI + 10.000 UI/ml	RETINOL, ACETATO (VIT. A) 50.000 UI/ML + COLECALCIFEROL (VIT. D) 10.000 UI/ML SOLUÇÃO ORAL GOTAS – FRASCO COM 20 ML	50	500	FRASCO	R\$ 5,58	R\$ 2.790,00
142	292344 – Sulfato Ferroso Dosagem Ferro: 40 mg de Ferro II	SULFATO FERROSO 40 MG DE FERRO ELEMENTAR (200 MG DE SULFATO FERROSO) – EM BLÍSTER COM 10 OU 20 COMPRIMIDO	8.000	80.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,05	R\$ 4.000,00
143	292345 – Sulfato Ferroso Dosagem Ferro: 25 mg/ml de Ferro II	SULFATO FERROSO SOLUÇÃO ORAL 25 MG/ML DE FERRO ELEMENTAR (125 MG DE SULFATO FERROSO)	10	100	SOLUÇÃO ORAL - GOTAS	R\$ 1,43	R\$ 143,00
TOTAL							R\$ 41.020,00

LOTE 03							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÊUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	448839 - Acebrofilina Concentração: 10 mg/ml	ACEBROFILINA 50 MG/5ML XAROPE - FRASCO COM 120 ML	120	1.200	XAROPE	R\$ 10,39	R\$ 12.468,00
2	448838 - Acebrofilina Concentração: 5 mg/ml	ACEBROFILINA INFANTIL 25 MG/5ML XAROPE - FRASCO COM 120 ML	100	1.000	XAROPE	R\$ 7,49	R\$ 7.490,00
23	466172 – Beclometasona, dipropionato de Concentração: 250 mcg/dose Característica Adicional: Com Inalador	BECLOMETASONA, DIPROPIONATO DE - 250 MCG - FRASCO COM 200 DOSES	15	150	AEROSOL ORAL	R\$ 43,21	R\$ 6.481,50
28	268331 – Ipratrópio, brometo de Dosagem: 0,25 mg/ml	IPRATRÓPIO, BROMETO DE - 0,25% - SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO - FRASCO COM 20 ML	25	250	SOLUÇÃO PARA INALAÇÃO	R\$ 1,50	R\$ 375,00
136	294887 – Salbutamol Dosagem: 100 mcg/dose	SALBUTAMOL, SULFATO DE - 100 MCG/DOSE – AEROSOL ORAL – FRASCO COM 200 DOSES	25	250	AEROSOL ORAL	R\$ 16,91	R\$ 4.227,50
TOTAL							R\$ 31.042,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUEIRA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueiraacu.sp.gov.br

LOTE 04							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÉUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
57	267643 - Dexametasona Dosagem: 0,1% Apresentação: Creme	DEXAMETASONA 0,1% CREME - BISNAGA COM 10 G	30	300	BISNAGA - CREME	R\$ 2,00	R\$ 600,00
58	268243 - Dexametasona Dosagem: 0,1 mg/ml Apresentação: Elixir	DEXAMETASONA 0,5 MG/5ML ELIXIR - FRASCO COM 120 ML	15	150	FRASCO - ELIXIR	R\$ 3,83	R\$ 574,50
129	448595 - Prednisolona Composição: Fosfato Sódico Concentração: 3 mg/ml	PREDNISOLONA 3 MG/ML SOLUÇÃO ORAL – FRASCO COM 60 ML	120	1.200	SOLUÇÃO ORAL	R\$ 4,96	R\$ 5.952,00
130	267743 - Prednisona Dosagem: 20 mg	PREDNISONA 20 MG – COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	3.000	30.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,17	R\$ 5.100,00
131	267741 - Prednisona Dosagem: 5 mg	PREDNISONA 5 MG – COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	1.500	15.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,07	R\$ 1.050,00
TOTAL							R\$ 13.276,50

LOTE 05							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÉUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	267510 - Amiodarona Dosagem: 200 mg	AMIODARONA 200 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	1.800	18.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,50	R\$ 9.000,00
20	267517 - Atenolol Dosagem: 50 mg	ATENOLOL 50 MG COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	3.500	35.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,07	R\$ 2.450,00
34	267564 - Carvedilol Dosagem: 12,5 mg	CARVEDILOL 12,5 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10, 20 OU 30 COMPRIMIDOS	7.500	75.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,14	R\$ 10.500,00
35	267566 - Carvedilol Dosagem: 3,125 mg	CARVEDILOL 3,125 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10, 20 OU 30 COMPRIMIDOS	800	8.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,12	R\$ 960,00
36	267565 - Carvedilol Dosagem: 6,25 mg	CARVEDILOL 6,25 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10, 20 OU 30 COMPRIMIDOS	5.000	50.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,10	R\$ 5.000,00
71	267650 - Enalapril, maleato de Dosagem: 5 mg	ENALAPRIL 5 MG COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	4.000	40.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,06	R\$ 2.400,00
72	267651 - Enalapril, maleato de Dosagem: 10 mg	ENALAPRIL 10 MG COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	6.000	60.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,06	R\$ 3.600,00
107	276657 - Metoprolol, succinato de Dosagem: 50 mg Apresentação: Liberação Controlada	METOPROLOL, SUCCINATO DE - 50 MG – COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	10.000	100.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,63	R\$ 63.000,00
TOTAL							R\$ 96.910,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUEIRA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueiraacu.sp.gov.br

LOTE 06							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÉUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
88	267677 – Ibuprofeno Dosagem: 300 mg	IBUPROFENO 300 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	2.000	20.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,14	R\$ 2.800,00
89	294643 – Ibuprofeno Dosagem: 50 mg/ml	IBUPROFENO 50 MG/ML – SUSPENSÃO ORAL – FRASCO COM 30 ML	80	800	SUSPENSÃO ORAL - GOTAS	R\$ 3,01	R\$ 2.408,00
99	269846 – Lidocaína, cloridrato de Dosagem: 2%	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO DE - 2% - GELEIA, BISNAGA COM 30 G	60	600	BISNAGA - GELEIA	R\$ 4,65	R\$ 2.790,00
112	273710 – Nimesulida Dosagem: 100 mg	NIMESULIDA 100 MG COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	2.000	20.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,12	R\$ 2.400,00
113	273711 – Nimesulida Dosagem: 50 mg/ml	NIMESULIDA 50 MG/ML SOLUÇÃO ORAL – FRASCO COM 15 ML	20	200	SOLUÇÃO ORAL - GOTAS	R\$ 3,32	R\$ 664,00
TOTAL							R\$ 11.062,00

LOTE 07							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÉUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
6	267502 – Ácido Acetilsalicílico Dosagem: 100 mg	ÁCIDO ACETILSALICILICO 100 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	12.000	120.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,04	R\$ 4.800,00
52	272782 – Codeína Dosagem: 30 mg	CODEINA 30 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	1.000	10.000	COMPRIMIDO	R\$ 1,80	R\$ 18.000,00
66	267203 – Dipirona Sódica Dosagem: 500 mg	DIPIRONA 500 MG COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	7.000	70.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,17	R\$ 11.900,00
67	267205 – Dipirona Sódica Dosagem: 500 mg/ml	DIPIRONA 500 MG/ML SOLUÇÃO ORAL - GOTAS - FRASCO COM 10 ML	100	1.000	SOLUÇÃO ORAL - GOTAS	R\$ 1,84	R\$ 1.840,00
68	268252 – Dipirona Sódica Dosagem: 500 mg/ml	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOLUÇÃO INJETÁVEL 2 ML	50	500	SOLUÇÃO INJETÁVEL	R\$ 1,10	R\$ 550,00
73	267281 – Escopolamina, butilbrometo de Dosagem: 10 mg/ml	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO DE - 10 MG/ML SOLUÇÃO ORAL - FRASCO COM 20 ML	20	200	SOLUÇÃO ORAL - GOTAS	R\$ 11,19	R\$ 2.238,00
121	267777 – Paracetamol Dosagem: 200 mg/ml	PARACETAMOL 200 MG/ML – SOLUÇÃO ORAL GOTAS – FRASCO COM 15 ML	50	500	SOLUÇÃO ORAL - GOTAS	R\$ 1,58	R\$ 790,00
122	267778 – Paracetamol Dosagem: 500 mg	PARACETAMOL 500MG – COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	1.500	15.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,10	R\$ 1.500,00
146	268534 – Tramadol, cloridrato de Dosagem: 50 mg	TRAMADOL, CLORIDRATO DE - 50 MG CÁPSULA – BLÍSTER COM 10 CÁPSULAS	5.000	50.000	CÁPSULAS	R\$ 0,19	R\$ 9.500,00
TOTAL							R\$ 51.118,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueracu.sp.gov.br

LOTE 08							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÊUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	271111 – Amoxicilina Concentração: 50mg/ml	AMOXICILINA 50 MG/ML (250 MG/5ML) - PÓ PARA SUSPENSÃO - FRASCO 150 ML APÓS RECONSTITUIÇÃO	200	2.000	PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL	R\$ 5,96	R\$ 11.920,00
16	271089 – Amoxicilina Concentração: 500mg	AMOXICILINA 500 MG - CÁPSULA - BLÍSTER COM 3, 7 OU 21 CÁPSULAS	5.000	50.000	CÁPSULAS	R\$ 0,33	R\$ 16.500,00
17	271217 - Amoxicilina Princípio Ativo: Associada com Clavulanato de Potássio Concentração: 500 + 125mg	AMOXICILINA 500 MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 125 MG - CÁPSULA - BLÍSTER COM 3, 7 OU 21 CÁPSULAS	3.600	36.000	CÁPSULAS	R\$ 3,45	R\$ 124.200,00
18	448841 - Amoxicilina Princípio Ativo: Associada com Clavulanato de Potássio Concentração: 50 + 12,5 MG/ML	AMOXICILINA 50 MG + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 12,5 MG/ML SUSPENSÃO ORAL - FRASCO COM 75 ML	100	1.000	SUSPENSÃO ORAL	R\$ 29,73	R\$ 29.730,00
21	267140 – Azitromicina Dosagem: 500 MG	AZITROMICINA 500 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 03 OU 05 COMPRIMIDOS	1.200	12.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,84	R\$ 10.080,00
22	268949 - Azitromicina Dosagem: 40 mg/ml	AZITROMICINA 600 MG PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL - FRASCO 15 ML	100	1.000	SUSPENSÃO ORAL	R\$ 7,66	R\$ 7.660,00
24	270612 - Benzilpenicilina Apresentação: Benzatina Dosagem: 1.200.000UI	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000 UI - FRASCO AMPOLA - PÓ PARA SUSPENSÃO	25	250	PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL (FRASCO AMPOLA)	R\$ 7,00	R\$ 1.750,00
25	270614 - Benzilpenicilina Apresentação: Potássica Composição: Associada à Penicilina Procainada Dosagem: 100.000UI + 300.000UI	BENZILPENICILINA PROCAÍNA - POTÁSSICA 300.000 UI + 100.000 UI - FRASCO AMPOLA - PÓ PARA SUSPENSÃO	5	50	PÓ PARA SUSPENSÃO INJETÁVEL (FRASCO AMPOLA)	R\$ 6,33	R\$ 316,50
37	331555 – Cefalexina Dosagem: 50 mg/ml Forma Farmacêutica: Pó P/ Suspensão Oral	CEFALEXINA 250 MG/5ML SUSPENSÃO ORAL FRASCO 60 ML	100	1.000	SUSPENSÃO ORAL	R\$ 8,73	R\$ 8.730,00
38	267625 – Cefalexina Dosagem: 500 mg	CEFALEXINA 500 MG - CÁPSULA - BLÍSTER COM 10 CÁPSULAS	3.000	30.000	CÁPSULA	R\$ 0,70	R\$ 21.000,00
39	442701 - Ceftriaxona Sódica Concentração: 1 G	CEFTRIAXONA SÓDICA 1 G SOLUÇÃO INJETÁVEL INTRAMUSCULAR (IM)	40	400	PÓ P/ SOLUÇÃO INJETÁVEL (FRASCO AMPOLA)	R\$ 6,68	R\$ 2.672,00
40	267151 – Cetoconazol Dosagem: 200 mg	CETOCONAZOL 200MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	100	1.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,38	R\$ 380,00
41	308736 – Cetoconazol Dosagem: 20 mg/g	CETOCONAZOL 20MG/G CREME - BISNAGA COM 30 GRAMAS	40	400	BISNAGA	R\$ 3,97	R\$ 1.588,00
44	267632 – Ciprofloxacino, cloridrato de	CIPROFLOXACINO 500 MG - COMPRIMIDO -	1.400	14.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,30	R\$ 4.200,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueiraacu.sp.gov.br

	Dosagem: 500 mg	BLÍSTER COM 07 OU 14 COMPRIMIDOS					
45	268439 – Claritromicina Dosagem: 500 mg	CLARITROMICINA 500 MG – COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	800	8.000	COMPRIMIDO	R\$ 1,90	R\$ 15.200,00
46	268436 – Clindamicina Dosagem: 300 mg	CLINDAMICINA 300 MG - CÁPSULA - BLÍSTER COM 8 CÁPSULAS	800	8.000	CÁPSULAS	R\$ 1,28	R\$ 10.240,00
TOTAL							R\$ 266.166,50

LOTE 09							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÊUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	270558 – Acetilcisteína Dosagem: 20 mg/ml	ACETILCISTEÍNA XAROPE 20 MG/ML - FRASCO COM 120 ML	120	1.200	XAROPE	R\$ 6,40	R\$ 7.680,00
49	437160 – Cloreto de Sódio Concentração: 0,9 %	CLORETO DE SÓDIO 0,9% SOLUÇÃO NASAL - FRASCO COM 30 ML	20	200	SOLUÇÃO NASAL	R\$ 0,94	R\$ 188,00
118	233632 - Petrolato Aspecto Físico: Líquido Tipo: Laxativo Uso: Oral	ÓLEO MINERAL 100 ML FRASCO COM 100 ML (USO INTERNO E EXTERNO)	80	800	FRASCO	R\$ 3,70	R\$ 2.960,00
TOTAL							R\$ 10.828,00

LOTE 10							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÊUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
59	267645 – Dexclorfeniramina, maleato de Dosagem: 2 mg	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO DE 2 MG COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 OU 20 COMPRIMIDOS	600	6.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,07	R\$ 420,00
60	267646 - Dexclorfeniramina maleato de Dosagem: 0,4 mg/ml	DEXCLORFENIRAMINA, MALEATO 0,4 MG/ML SOLUÇÃO ORAL – FRASCO COM 120 ML	25	250	SOLUÇÃO ORAL	R\$ 4,07	R\$ 1.017,50
86	394263 – Hidroxizina, cloridrato Concentração: 2 mg/ml	HIDROXIZINA, CLORIDRATO DE – 2 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL - FRASCO COM 120 ML	30	300	SOLUÇÃO ORAL	R\$ 9,22	R\$ 2.766,00
100	273466 – Loratadina Concentração: 10 mg	LORATADINA 10 MG – COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	1.000	10.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,09	R\$ 900,00
101	273467 – Loratadina Concentração: 1 mg/ml	LORATADINA SOL. ORAL 1 MG/ML – XAROPE – FRASCO COM 100 ML	60	600	XAROPE	R\$ 3,67	R\$ 2.202,00
132	267768 – Prometazina, cloridrato de Dosagem: 25 mg	PROMETAZINA, CLORIDRATO DE - 25 MG – COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	600	6.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,18	R\$ 1.080,00
TOTAL							R\$ 8.385,50

LOTE 11							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÊUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	272434 – Anlodipino, besilato de Dosagem: 5 mg	ANLODIPINO, BESILATO DE - 5 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	7.000	70.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,03	R\$ 2.100,00
30	267613 – Captopril Concentração: 25 mg	CAPTOPRIL 25 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	4.000	40.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,03	R\$ 1.200,00
62	267647 – Digoxina	DIGOXINA 0,25 MG COMPRIMIDO -	700	7.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,26	R\$ 1.820,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br

	Dosagem: 0,25 mg	BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS					
65	273818 – Diosmina Composição: Associada à Hesperidina Concentração: 450 + 50mg	DIOSMINA+ HESPERIDINA 450 + 50 MG COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	12.000	120.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,50	R\$ 60.000,00
74	267653 – Espironolactona Dosagem: 25 mg	ESPIRONOLACTONA 25MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	3.000	30.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,19	R\$ 5.700,00
84	268112 – Hidralazina Dosagem: 50 mg	HIDRALAZINA, CLORIDRATO 50MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	2.000	20.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,51	R\$ 10.200,00
85	267674 - Hidroclorotiazida Dosagem: 25 mg	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG – COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	2.500	25.000	COMPRIMIDOS	R\$ 0,04	R\$ 1.000,00
102	268856 – Losartana Potássica Dosagem: 50 mg	LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG – COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	12.000	120.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,06	R\$ 7.200,00
104	267689 – Metildopa Dosagem: 250 mg	METILDOPA 250 MG – COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	3.600	36.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,48	R\$ 17.280,00
123	267902 - Pentoxifilina Dosagem: 400 mg Indicação: Liberação Prolongada	PENTOXIFILINA 400 MG COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	700	7.000	COMPRIMIDO	R\$ 1,97	R\$ 13.790,00
TOTAL							R\$ 120.290,00

LOTE 12							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÊUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	268370 – Aciclovir Dosagem: 200 mg	ACICLOLVIR 200MG COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	50	500	COMPRIMIDO	R\$ 0,23	R\$ 115,00
5	268375 – Aciclovir Dosagem: 50 mg/g	ACICLOLVIR CREME 50 MG/G - BISNAGA 10 G	15	150	CREME	R\$ 2,50	R\$ 375,00
9	459822 – Albendazol Concentração: 400 mg	ALBENDAZOL 400 MG CP MASTIGÁVEL - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	180	1.800	COMPRIMIDO MASTIGÁVEL	R\$ 0,72	R\$ 1.296,00
10	267507 – Albendazol Dosagem: 40 mg/ml	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO ORAL - FRASCO COM 10 ML	100	1.000	SUSPENSÃO ORAL	R\$ 1,42	R\$ 1.420,00
92	376767 – Ivermectina Concentração: 6 mg	IVERMECTINA 6 MG COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 02 COMPRIMIDOS	100	1.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,45	R\$ 450,00
108	372335 - Metronidazol Concentração: 100 MG/G Forma Farmacêutica: Gel Vaginal Característica Adicional: Com Aplicador	METRONIDAZOL 100 MG/G - GELVAGINAL - BISNAGA COM 50 GRAMAS	30	300	GEL VAGINAL	R\$ 10,30	R\$ 3.090,00
109	267717 - Metronidazol Dosagem: 250 mg	METRONIDAZOL 250 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	1.200	12.000	COMPRIMIDOS	R\$ 0,22	R\$ 2.640,00
125	267773 – Permetrina Dosagem: 10 Mg/ml	PERMETRINA LOÇÃO 1 % - 10 MG/ML – LOÇÃO – FRASCO COM 60 ML	35	350	LOÇÃO	R\$ 3,09	R\$ 1.081,50
126	363597 – Permetrina Concentração:	PERMETRINA LOÇÃO 5 % - 50 MG/ML - LOÇÃO – FRASCO COM 60 ML	40	400	LOÇÃO	R\$ 5,16	R\$ 2.064,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br

50 mg/ml							
TOTAL							R\$ 12.531,50

LOTE 13							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÉUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
33	267621 – Carbonato de Lítio Dosagem: 300 mg	CARBONATO DE LÍTIO 300 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	2.000	20.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,22	R\$ 4.400,00
48	270119 – Clonazepam Dosagem: 2 mg	CLONAZEPAM 2 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	6.000	60.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,14	R\$ 8.400,00
50	267638 – Clorpromazina Dosagem: 100 mg	CLORPROMAZINA 100MG COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	2.500	25.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,35	R\$ 8.750,00
51	267635 – Clorpromazina Dosagem: 25 mg	CLORPROMAZINA 25MG COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	2.000	20.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,36	R\$ 7.200,00
61	267197 - Diazepam Dosagem: 10 mg	DIAZEPAM 10MG COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	2.500	25.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,06	R\$ 1.500,00
82	267669 – Haloperidol Dosagem: 5 mg	HALOPERIDOL 5MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	3.000	30.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,14	R\$ 4.200,00
83	292194 - Haloperidol Apresentação: Sal Decanoato Concentração: 50 mg/ml	HALOPERIDOL, DECANOATO 70,52 MG/ML AMPOLA	110	1.100	SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA	R\$ 7,06	R\$ 7.766,00
96	268130 – Levomepromazina Dosagem: 40 mg/ml	LEVOMEPROPROMAZINA, CLORIDRATO 40 MG/ML GOTAS – FRASCO COM 20 ML	60	600	SOLUÇÃO ORAL - GOTAS	R\$ 11,56	R\$ 6.936,00
97	268129 – Levomepromazina Dosagem: 100 mg	LEVOMEPROPROMAZINA, MALEATO 100 MG – COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	1.500	15.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,86	R\$ 12.900,00
98	268128 – Levomepromazina Dosagem: 25 mg	LEVOMEPROPROMAZINA, MALEATO 25 MG – COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	600	6.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,68	R\$ 4.080,00
144	272367 – Tioridazina, cloridrato de Concentração: 100 mg	TIORIDAZINA, CLORIDRATO 100 MG – COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	400	4.000	COMPRIMIDO	R\$ 1,98	R\$ 7.920,00
TOTAL							R\$ 74.052,00

LOTE 14							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÉUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
14	267512 – Amitriptilina, cloridrato de Dosagem: 25 mg	AMITRIPTILINA 25 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	12.000	120.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,05	R\$ 6.000,00
47	267522 – Clomipramina Dosagem: 25 mg	CLOMIPRAMINA 25 MG COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 OU 20 COMPRIMIDOS	1.000	10.000	COMPRIMIDO	R\$ 1,08	R\$ 10.800,00
80	273009 – Fluoxetina Dosagem: 20 mg	FLUOXETINA 20 MG CÁPSULAS - BLÍSTER COM 10 CÁPSULAS	7.000	70.000	CÁPSULAS	R\$ 0,09	R\$ 6.300,00
90	267292 - Imipramina, cloridrato de Dosagem: 25 mg	IMIPRAMINA, CLORIDRATO 25 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	2.000	20.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,49	R\$ 9.800,00
117	271606 – Nortriptilina, cloridrato de Dosagem: 25 mg	NORTRIPTILINA, CLORIDRATO 25 MG – CÁPSULA – BLÍSTER COM 10 CÁPSULAS	600	6.000	CÁPSULA	R\$ 0,29	R\$ 1.740,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUEIRA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueiraacu.sp.gov.br

137	272365 – Sertralina, cloridrato de Dosagem: 50 mg	SERTRALINA 50MG COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 10 OU 30 COMPRIMIDOS	12.000	120.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,16	R\$ 19.200,00
TOTAL							R\$ 53.840,00

LOTE 15							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÉUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	267504 – Ácido Valpróico Dosagem: 250 mg	ACIDO VALPRÓICO 250MG - CÁPSULA - FRASCO COM 25 OU 50 COMPRIMIDOS	8.000	80.000	CÁPSULAS	R\$ 0,33	R\$ 26.400,00
26	270140 – Biperideno Dosagem: 2 mg	BIPERIDENO 2 MG COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	1.500	15.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,34	R\$ 5.100,00
31	267618 – Carbamazepina Concentração: 200 mg	CARBAMAZEPINA 200 MG - COMPRIMIDO BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	9.000	90.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,25	R\$ 22.500,00
32	272454 – Carbamazepina Dosagem: 20 mg/ml	CARBAMAZEPINA 20MG/ML - SUSPENSÃO ORAL - FRASCO COM 100 ML	15	150	SUSPENSÃO ORAL	R\$ 9,93	R\$ 1.489,50
42	272166 – Ciclobenzaprina, cloridrato de Dosagem: 5 mg	CICLOBENZAPRINA 5 MG - COMPRIMIDOS, BLÍSTER COM 10, 15 OU 30 COMPRIMIDOS	4.000	40.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,14	R\$ 5.600,00
75	267657 – Fenitoína Sódica Dosagem: 100 mg	FENITOINA 100 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	5.000	50.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,14	R\$ 7.000,00
76	300723 - Fenobarbital Dosagem: 40 mg/ml	FENOBARBITAL 40MG/ML - SOLUÇÃO ORAL GOTAS - FRASCO COM 20 ML	22	220	SOLUÇÃO ORAL - GOTAS	R\$ 4,48	R\$ 985,60
77	267660 - Fenobarbital Dosagem: 100 mg	FENOBARBITAL 100MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	5.000	50.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,16	R\$ 8.000,00
94	270126 – Levodopa Composição: Associado à Benserazida Dosagem: 200 + 50mg	LEVODOPA 200 MG + BENSERAZIDA 50 MG COMPRIMIDO - BLÍSTER-FRASCO COM 30 COMPRIMIDOS	3.000	30.000	COMPRIMIDO	R\$ 2,58	R\$ 77.400,00
TOTAL							R\$ 154.475,10

LOTE 16							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIÇÃO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÉUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	267508 – Alopurinol Dosagem: 100 mg	ALOPURINOL 100 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	1.000	10.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,24	R\$ 2.400,00
12	267509 – Alopurinol Dosagem: 300 mg	ALOPURINOL 300 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	800	8.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,32	R\$ 2.560,00
69	268495 – Doxazosina, mesilato de Composição: 4 mg	DOXAZOSINA 4 MG COMPRIMIDOS - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	12.000	120.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,30	R\$ 36.000,00
78	275963 – Finasterida Concentração: 5 mg	FINASTERIDA 5 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	5.000	50.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,36	R\$ 18.000,00
TOTAL							R\$ 58.960,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueiraacu.sp.gov.br

LOTE 17							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÊUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
54	267642 – Colchicina Dosagem: 0,5 mg	COLCHICINA 0,5 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10, 20 OU 30 COMPRIMIDOS	500	5.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,28	R\$ 1.400,00
81	268292 – Folinato de Cálcio Dosagem: 15 mg	FOLINATO DE CALCIO (ÁCIDO FOLÍNICO) 15 MG COMPRIMIDO	100	1.000	COMPRIMIDO	R\$ 2,62	R\$ 2.620,00
87	270042 – Hipromelose Dosagem: 0,5%	HIPROMELOSE 0,5% SOLUÇÃO OFTÁLMICA - FRASCO COM 10 ML	15	150	SOLUÇÃO OFTÁLMICA	R\$ 17,06	R\$ 2.559,00
91	395620 Isoflavonas de Soja - Extrato Medicinal Princípio Ativo: Glycine Max (L.) Merrill Concentração: 150 mg	ISOFLAVONA-DE-SOJA (GLYCINE MAX) CÁPSULA 150 MG – CÁPSULAS – BLÍSTER COM 10 CÁPSULAS	2.000	20.000	CÁPSULAS	R\$ 0,64	R\$ 12.800,00
103	273554 – Meloxicam Concentração: 15 mg	MELOXICAM 15 MG – COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	1.800	18.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,59	R\$ 10.620,00
134	476822 – Rivaroxabana Concentração: 2,5 mg	RIVAROXABANA 2,5 MG – COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 30 COMPRIMIDOS	1.200	12.000	COMPRIMIDO	R\$ 1,76	R\$ 21.120,00
135	412091 – Rivaroxabana Concentração: 20 mg	RIVAROXABANA 20 MG – COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 30 COMPRIMIDOS	700	7.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,63	R\$ 4.410,00
145	271581 – Tobramicina Dosagem: 0,3%	TOBRAMICINA 3MG/ML SOLUÇÃO OFTÁLMICA – FRASCO COM 5 ML	10	100	SOLUÇÃO OFTÁLMICA	R\$ 6,16	R\$ 616,00
147	279269 – Varfarina Sódica Dosagem: 5 mg	VARFARINA SÓDICA 5MG - COMPRIMIDO	400	4.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,18	R\$ 720,00
TOTAL							R\$ 56.865,00

LOTE 18							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÊUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
27	269603 – Bisacodil Dosagem: 5 MG	BISACODIL 5 MG COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 04 COMPRIMIDOS	100	1000	COMPRIMIDO	R\$ 0,20	R\$ 200,00
93	383750 – Lactulose Concentração: 667 mg/ml	LACTULOSE 667MG/ML – XAROPE – FRASCO COM 120 ML	60	600	XAROPE	R\$ 8,13	R\$ 4.878,00
119	267712 – Omeprazol Concentração: 20 mg	OMEPRAZOL 20 MG CÁPSULA – EMBALAGEM EM BLÍSTER COM 10 OU 14 CÁPSULAS	7.000	70.000	CÁPSULAS	R\$ 0,06	R\$ 4.200,00
138	412965 – Simeticona Concentração: 75 mg/ml	SIMETICONA 75 MG/ML - SOLUÇÃO ORAL GOTAS – FRASCO COM 10ML	50	500	SOLUÇÃO ORAL GOTAS	R\$ 1,92	R\$ 960,00
TOTAL							R\$ 10.238,00

LOTE 19							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÊUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
53	270495 – Colagenase Apresentação: Associada Com Cloranfenicol	COLAGENASE 0,6 UI + CLORANFENICOL 0,01G POMADA - BISNAGA COM 30 G	50	500	BISNAGA - POMADA	R\$ 14,01	R\$ 7.005,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueiraacu.sp.gov.br

	Concentração: 0,6UI + 1% 271036 – Doxiciclina	DOXICICLINA 100 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	500	5.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,62	R\$ 3.100,00
70	Dosagem: 100 mg						
79	267662 – Fluconazol Dosagem: 150 mg	FLUCONAZOL 150 MG - CÁPSULA - BLÍSTER COM 1 COMPRIMIDO	250	2.500	CÁPSULAS	R\$ 0,52	R\$ 1.300,00
95	305270 – Levofloxacino Dosagem: 500 mg	LEVOFLOXACINO 500 MG - COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 7 COMPRIMIDOS	300	3.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,88	R\$ 2.640,00
110	268162 – Miconazol, Nitrato de Dosagem: 2% Apresentação: Creme Vaginal	MICONAZOL, NITRATO CREME VAGINAL 20 MG/G - BISNAGA 80 G	40	400	CREME VAGINAL	R\$ 9,16	R\$ 3.664,00
111	273167 – Neomicina Composição: Associada com Bacitracina Concentração: 5 mg + 250 UI/g	NEOMICINA, SULFATO 5 MG/G + BACITRACINA 250 UI/G POMADA – BISNAGA COM 15 G	100	1.000	POMADA	R\$ 2,98	R\$ 2.980,00
114	267378 – Nistatina Dosagem: 100.000 UI/ml Apresentação: Suspensão Oral	NISTATINA SUSPENSÃO ORAL 100.000 UI/ML – SUSPENSÃO ORAL – FRASCO COM 50 ML	20	200	SUSPENSÃO ORAL	R\$ 6,05	R\$ 1.210,00
115	268273 – Nitrofurantoína Dosagem: 100 mg	NITROFURANTOÍNA 100 MG – CÁPSULA – BLÍSTER COM 7 CÁPSULAS	1.200	12.000	CÁPSULA	R\$ 0,45	R\$ 5.400,00
116	268851 – Norfloxacino Dosagem: 400 mg	NORFLOXACINO 400MG – COMPRIMIDO – BLÍSTER COM 07 COMPRIMIDOS	400	4.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,80	R\$ 3.200,00
124	327699 - Permanganato de Potássio Concentração: 100 mg	PERMANGANATO DE POTÁSSIO 100 MG COMPRIMIDO	30	300	COMPRIMIDO	R\$ 0,30	R\$ 90,00
141	380865 – Polimixina B Composição: Associada com Neomicina, Fluocinolona e Lidocaína Concentração: 10.000 UI + 3,5 mg + 0,25 mg + 20 mg/ml	SULFATO DE POLIMIXINA B 10.000 UI/ML + SULFATO DE NEOMICINA 3,5 MG/ML + FLUORCINOLONA ACETONIDA 0,250 MG/ML + CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA 20 MG/ML SOLUÇÃO OTOLOGICA – FRASCO COM 5 ML	12	120	SOLUÇÃO OTOLOGICA	R\$ 4,88	R\$ 585,60
139	272089 – Sulfadiazina de Prata Dosagem: 1%	SULFADIAZINA DE PRATA 10 MG/G (1%) CREME – BISNAGA COM 30 G	50	500	BISNAGA	R\$ 5,64	R\$ 2.820,00
140	308882 - Sulfametoxazol Composição: Associado à Trimetoprima Concentração: 400 + 80mg	SULFAMETOXAZOL + TRIMETROPINA 400 + 80 MG COMPRIMIDO - BLÍSTER COM 10 COMPRIMIDOS	400	4.000	COMPRIMIDO	R\$ 0,21	R\$ 840,00
TOTAL							R\$ 34.834,60

LOTE 20							
ITEM	CÓDIGO CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	QUANTIDADE MÍNIMA	QUANTIDADE MÁXIMA	FORMA FARMACÉUTICA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
148	Caixa contendo 3 canetas de Saxenda	SAXENDA 6MG/ML C/3 LIRAGLUTIDA	3	27	Caixa	R\$ 799,19	R\$ 21.578,13
TOTAL							R\$ 21.578,13



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

2.2 Para o item 148 – “Saxenda 6mg/ ml C/3 Liraglutida”, deverá ser aplicado o desconto CAP (Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006), por se tratar de demanda judicial do município nos autos do processo nº 1000829-84.2022.8.26.0424.

2.3 O prazo de validade dos medicamentos entregues deverá ser de, no mínimo, 18 (dezoito) meses.

2.3 Valor total da licitação: R\$ 1.145.778,83 (um milhão, cento e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais e oitenta e três centavos).

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

3.1 A Assistência Farmacêutica está vinculada a garantia de acesso aos medicamentos ao seu uso racional e pela necessidade de articulação do conjunto das ações de saúde. Sendo o usuário SUS o foco principal dos seus serviços.

3.2 A Constituição Federal de 1988 prevê, em seu art. 196, que “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. Nessa perspectiva, medicamentos são insumos estratégicos de suporte às ações de saúde, problemas em seus fornecimentos podem implicar na interrupção do tratamento de saúde, afetando a qualidade de vida da população e a credibilidade do sistema de saúde como um todo.

3.3 Para cumprir o seu dever constitucional, a Administração executa políticas públicas de dispensação de medicamentos e de atendimento à população por meio das unidades de saúde, sendo esse, portanto, o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público: adquirir suprimentos para execução de tais políticas.

3.4 Além disso, a disponibilidade desses insumos é vital para a continuidade dos atendimentos, assegurando a saúde de nossos pacientes. Portanto, a contratação para aquisição desses materiais é justificada pela necessidade clínica e pelo compromisso com a excelência nos serviços prestados.

4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO CONTRATADO.

4.1 O fornecedor será selecionado através do procedimento de Pregão Eletrônico e deverá atender a todas as exigências de habilitação previstas em edital para fornecimento de bens dessa natureza.

4.2 As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

4.3 Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

4.4 Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão os previstos no edital.

5. ENTREGA E CRITÉRIO DE RECEBIMENTO DO OBJETO.

5.1 O prazo de ENTREGA é de até 15 (quinze) dias corridos, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pela Prefeitura Municipal de Pariquera-Açu.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

5.2 A entrega dos itens será realizada no seguinte endereço: UBS III – Centro, Rua Pedro Bonne, 400 – Pariquera-Açu/SP, CEP 11.930-000, em dias úteis, das 8h00 às 12h00 e das 13h30 às 16h00.

5.3 O recebimento provisório será realizado pelo fiscal ou servidor do departamento de licitação, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

5.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

5.5 Os itens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.6 O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6. OBRIGAÇÕES E VEDAÇÕES DA CONTRATANTE.

6.1 A contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados com a execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;

6.2 Acompanhar minuciosamente o cumprimento dos prazos fixados no cronograma físico-financeiro, a conformidade dos serviços realizados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.3 Comunicar à Contratada, por escrito ou qualquer meio idôneo passível de comprovação, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no cumprimento do objeto do contrato, para que sejam feitas as devidas adequações;

6.4 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

6.5 Efetuar o pagamento à Contratada dos valores correspondentes ao avanço do cumprimento do objeto do contrato, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

7.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.2 Requisitos técnicos:

7.2.1 A proposta das empresas deverá conter a marca (medicamentos de referência-similar/genérico), o fabricante e a procedência do medicamento oferecido.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

7.2.2 Especificações técnicas – os medicamentos devem estar com as especificações em conformidade com o que foi solicitado: forma farmacêutica, concentração, condições de conservação.

7.2.3 Registro sanitário do produto – deverá ser entregue junto com a proposta de preços, prova de registro do medicamento emitido pela Anvisa ou cópia da publicação do Diário Oficial da União.

7.2.4 Se o medicamento constar da relação da Portaria no 344/1998, a empresa deverá apresentar autorização especial de funcionamento, emitida pela Anvisa.

7.2.5 Embalagem – o medicamento deve ser entregue na embalagem original, em perfeito estado, sem sinais de violação, sem aderência ao produto, umidade, sem inadequação de conteúdo, identificadas, nas condições de temperatura exigida em rótulo, e com o número do registro emitido pela Anvisa.

7.2.6 Rotulagens e bulas – Todos os medicamentos, nacionais ou importados, devem ter constados, nos rótulos e bulas, todas as informações em língua portuguesa. Ou seja: número de lote, data de fabricação e validade, nome do responsável técnico, número do registro, nome genérico e concentração de acordo com a Legislação Sanitária e nos termos do artigo 31 do Código de Defesa do Consumidor, dentre outros.

7.2.7 Responsável técnico – as embalagens devem apresentar o nome do farmacêutico responsável pela fabricação do produto, com o respectivo número do Conselho Regional de Farmácia (CRF). O registro do profissional deve ser, obrigatoriamente, da unidade federada onde a fábrica está instalada.

7.2.8 Lote – o número dos lotes deve estar especificado na nota fiscal por quantidade de cada medicamento entregue.

7.2.9 Validade do medicamento: Os medicamentos devem ser entregues por lotes e data de validade, com seus respectivos quantitativos na nota fiscal. Todos os lotes deverão vir acompanhados de laudo analítico/laboratorial, expedido pela empresa produtora/titular do registro na Anvisa e/ou laboratório integrante da Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (Reblas). O prazo de validade dos medicamentos **não deverá ser inferior a 18 meses**, a contar da data da entrega do produto. O edital deve dispor sobre o prazo de medicamento, quando da entrega.

7.2.10 Transporte: os medicamentos somente serão recebidos por transportadora autorizada. Os medicamentos termolábeis devem ser acondicionados em caixas térmicas (isopor ou equivalente) com controle de temperatura.

7.3 Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

7.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.5 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

7.6 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

7.7 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data de início dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.8 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.9 Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

7.10 Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO.

8.1 Não será admitida a subcontratação do objeto da licitação.

9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

9.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que:

9.1.1 sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação previstos no edital da licitação;

9.1.2 sejam mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato;

9.1.3 não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.

10.1 Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto de acordo com o cronograma definido inicialmente, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.2 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

10.3 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.4 O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

10.5 O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Agente de contratação na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br

10.6 A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida.

11. DO PAGAMENTO.

11.1 O pagamento será realizado no prazo máximo de até 10 dias (úteis), contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização do serviço e aprovação pelo Departamento responsável.

11.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta online mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

11.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6 Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

11.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br

11.12 Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.13 Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.14 A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.15 Os preços registrados na ata serão reajustados pelo IPCA na data de vencimento da ata, em caso de prorrogação.

12. DA GARANTIA DO CONTRATO.

12.1 Será exigida prestação de garantia pela empresa vencedora do certame no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura do contrato, nas modalidades previstas no artigo 96, no patamar de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

13.1.2 Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

13.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

13.1.4 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.5 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

13.1.6 Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.7 Apresentar declaração ou documentação falsa;

13.1.8 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.9 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.10 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.11 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, em patamar nunca inferior a 5% (cinco por cento) até o limite previsto no artigo 156, §3º da Lei nº 14.133/2021.

13.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.5 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Prefeitura Municipal de Pariquera-Açu, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

13.6 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a Prefeitura de Pariquera-Açu poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10 Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a autoridade que tiver proferido o ato reconsiderar sua decisão ou, no prazo de 05 (cinco) dias encaminhá-lo para a apreciação e decisão superior, no prazo de 20 (vinte) dias úteis.

13.11 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.12 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.13 Serão publicadas na Imprensa Oficial da Prefeitura de Pariquera-Açu, as sanções administrativas aplicadas, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

14. ESTIMATIVA DE PREÇO.

14.1 O custo estimado da contratação é de R\$ 1.145.778,83 (um milhão, cento e quarenta e cinco mil, setecentos e setenta e oito reais e três centavos), conforme estimativa elaborada pelo Departamento responsável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br.

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

15.1 As despesas decorrentes correrão por conta da seguinte dotação descrita sob a ficha nº 60 do Departamento Municipal de Saúde.

15.2 Em havendo necessidade de suplementação e/ou prorrogação da dotação orçamentária, tal procedimento será feito por mero apostilamento.

Parquera-Açu, 13 de janeiro de 2025.

Dorival Norberto dos Reis
Diretor do Departamento



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br

ANEXO II – PROPOSTA DE PREÇOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2025 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025

SESSÃO PÚBLICA: ----/----/2024, às xx horas.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Pariquera-Açu – Portal de Compras Públicas
(<http://www.portaldecompraspublicas.com.br>).

IDENTIFICAÇÃO DA PROPONENTE

NOME DE FANTASIA:						
RAZÃO SOCIAL:						
CNPJ:						
INSC. EST.:						
OPTANTE PELO SIMPLES? SIM () NÃO ()						
ENDEREÇO:						
BAIRRO:			CIDADE:			
CEP:			E-MAIL:			
TELEFONE:			FAX:			
CONTATO DA LICITANTE:			TELEFONE:			
BANCO DA LICITANTE:			CONTA BANCÁRIA DA LICITANTE:			
Nº DA AGÊNCIA:						
ITENS	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
TOTAL POR EXTENSO:						

A EMPRESA: DECLARA QUE:

- 1 ESTÃO INCLUSAS NO VALOR COTADO TODAS AS DESPESAS COM MÃO DE OBRA E, BEM COMO, TODOS OS TRIBUTOS E ENCARGOS FISCAIS, SOCIAIS, TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIOS E COMERCIAIS E, AINDA, OS GASTOS COM TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS EM EMBALAGENS ADEQUADAS.
- 2 VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.
- 3 PRAZO DE INÍCIO DE FORNECIMENTO/EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ACORDO COM O ESTABELECIDO NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I) DO EDITAL DESSE PROCESSO.
- 4 QUE NÃO INCIDE NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NA LEI Nº 14.133/2021.
- 5 QUE O PRAZO DE INÍCIO DA ENTREGA DOS ITENS SERÁ DE ACORDO COM OS TERMOS ESTABELECIDOS NO ANEXO I, DESTE EDITAL A CONTAR DO RECEBIMENTO, POR PARTE DA CONTRATADA, DA ORDEM DE COMPRA OU DOCUMENTO SIMILAR, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU, TODOS OS BENS SERÃO AVALIADOS, SOB PENA DE DEVOLUÇÃO DE NÃO ACEITE, CASO NÃO ATENDA A DESCRIMINAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA DO REFERIDO EDITAL OU DE MÁ QUALIDADE.

LOCAL E DATA

CARIMBO DA EMPRESA/ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

OBS. SERÃO DESCLASSIFICADAS AS PROPOSTAS QUE APRESENTAREM COTAÇÕES CONTENDO PREÇOS EXCESSIVOS, SIMBÓLICOS, DE VALOR ZERO OU INEXEQUÍVEIS, NA FORMA DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, OU AINDA, QUE OFEREÇAM PREÇOS OU VANTAGENS BASEADAS NAS OFERTAS DOS DEMAIS LICITANTES.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE SUJEIÇÃO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2025 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU
Ao Agente de Contratação e equipe de apoio.

_____, PORTADOR DO RG _____, ABAIXO ASSINADO, NA QUALIDADE DE RESPONSÁVEL LEGAL DA PROPONENTE, _____, CNPJ _____, DECLARA EXPRESSAMENTE QUE SE SUJEITA ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL ACIMA CITADO E QUE ACATARÁ INTEGRALMENTE QUALQUER DECISÃO QUE VENHA A SER TOMADA PELO ÓRGÃO LICITANTE QUANTO À QUALIFICAÇÃO APENAS DAS PROPONENTES QUE TENHAM ATENDIDO ÀS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL E QUE DEMONSTREM INTEGRAL CAPACIDADE DE EXECUTAR O FORNECIMENTO DO BEM PREVISTO.

DECLARA, AINDA, PARA TODOS OS FINS DE DIREITO, A INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES IMPEDITIVOS DA HABILITAÇÃO OU QUE COMPROMETA A IDONEIDADE DA PROPONENTE.

_____ EM, ____ DE _____ DE 2024.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO INCISO XXXIII DO ARTIGO 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2025 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

....., INSCRITO NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O(A) SR(A), PORTADOR(A) DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº E CPF Nº....., DECLARA, PARA FINS DO DISPOSTO NO INC. VI DO ART. Nº 68 DA LEI Nº 14.133/2021, QUE NÃO EMPREGA MENOR DE DEZOITO ANOS EM TRABALHO NOTURNO, PERIGOSO OU INSALUBRE E NÃO EMPREGA MENOR DE DEZESSEIS ANOS.

RESSALVA: EMPREGA MENOR, A PARTIR DE QUATORZE ANOS, NA CONDIÇÃO DE APRENDIZ ()¹.

.....
(DATA)

.....
(REPRESENTANTE LEGAL)

¹ Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2025 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE), COMO REPRESENTANTE DEVIDAMENTE CONSTITUÍDO DE (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE), PARA FINS DO DISPOSTO NO EDITAL DE LICITAÇÃO: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025**, DECLARA, SOB AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, QUE:

A) A PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025**, FOI ELABORADA DE MANEIRA INDEPENDENTE (PELO LICITANTE), E O CONTEÚDO DA PROPOSTA NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025**, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

B) A INTENÇÃO DE APRESENTAR A PROPOSTA ELABORADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025** NÃO FOI INFORMADA, DISCUTIDA OU RECEBIDA DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025**, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA;

C) QUE NÃO TENTOU, POR QUALQUER MEIO OU POR QUALQUER PESSOA, INFLUIR NA DECISÃO DE QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025** QUANTO A PARTICIPAR OU NÃO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

D) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025** NÃO SERÁ, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, COMUNICADO OU DISCUTIDO COM QUALQUER OUTRO PARTICIPANTE POTENCIAL OU DE FATO DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025** ANTES DA ADJUDICAÇÃO DO OBJETO DA REFERIDA LICITAÇÃO;

E) QUE O CONTEÚDO DA PROPOSTA APRESENTADA PARA PARTICIPAR DO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025** NÃO FOI, NO TODO OU EM PARTE, DIRETA OU INDIRETAMENTE, INFORMADO, DISCUTIDO OU RECEBIDO DE QUALQUER INTEGRANTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU, ANTES DA ABERTURA OFICIAL DAS PROPOSTAS; E

F) QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

....., DE DE 2024.

REPRESENTANTE LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUEIRA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueiraacu.sp.gov.br

ANEXO VI – DECLARAÇÃO DO PORTE DA EMPRESA (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2025 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025

[NOME DA EMPRESA], [QUALIFICAÇÃO: TIPO DE SOCIEDADE (LTDA, S.A, ETC.), ENDEREÇO COMPLETO, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº [XXXX], NESTE ATO REPRESENTADA PELO [CARGO] [NOME DO REPRESENTANTE LEGAL], PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº [XXXX], INSCRITO NO CPF SOB O Nº [XXXX], **DECLARA**, SOB AS PENALIDADES DA LEI, QUE SE ENQUADRA COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE, NOS TERMOS DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006 E PELO ARTIGO 4º DA LEI Nº 14.133/2021. DECLARO, PARA FINS DA LC 123/2006 E SUAS ALTERAÇÕES, SOB AS PENALIDADES DESTA, SER:

() **MICROEMPRESA** – RECEITA BRUTA ANUAL IGUAL OU INFERIOR A 360.000,00 E ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

() **EMPRESA DE PEQUENO PORTE** – RECEITA BRUTA ANUAL SUPERIOR A 360.000,00 E IGUAL OU INFERIOR A 4.800.000,00 VALORES, ESTANDO APTA A FRUIR OS BENEFÍCIOS E VANTAGENS LEGALMENTE INSTITUÍDAS POR NÃO SE ENQUADRAR EM NENHUMA DAS VEDAÇÕES LEGAIS IMPOSTAS PELO § 4º DO ART. 3º DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 ALTERADA PELA LC 147/2014.

OBSERVAÇÕES:

- ESTA DECLARAÇÃO PODERÁ SER PREENCHIDA SOMENTE PELA LICITANTE ENQUADRADA COMO ME OU EPP, NOS TERMOS DA LC 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006;

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME E ASSINATURA DO CONTADOR
(NO CASO DE ME E EPP)
CPF: XXX.XXX.XXX-XX
CRC: _____



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br.

ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

AO REDIGIR A PRESENTE DECLARAÇÃO, O PROPONENTE DEVERÁ UTILIZAR FORMULÁRIO COM TIMBRE DA PROPONENTE.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2025 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025

À
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU
AO AGENTE DE CONTRATAÇÃO / EQUIPE DE APOIO

A EMPRESA, INSCRITA NO CNPJ Nº, POR INTERMÉDIO DE SEU REPRESENTANTE LEGAL O SR....., PORTADOR DA CARTEIRA DE IDENTIDADE Nº..... E DO CPF Nº, DECLARA NÃO TER RECEBIDO DO MUNICÍPIO DE/UF OU DE QUALQUER OUTRA ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA OU INDIRETA, EM ÂMBITO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL, SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E OU IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO, ASSIM COMO NÃO TER RECEBIDO DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL.

_____ EM, ____ DE _____ DE 2024.

(ASSINATURA DO RESPONSÁVEL E CPF)



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DISPENSA DE VISTORIA PRÉVIA.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2025 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025

A(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA), CNPJ Nº....., LOCALIZADA À, DECLARA, EM CONFORMIDADE COM A LEI Nº 14.133/2021, QUE CUMPRE TODOS OS REQUISITOS PREVISTOS NO EDITAL PARA HABILITAÇÃO PARA ESTE CERTAME LICITATÓRIO NO MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU – **PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025**.

DECLARO AINDA QUE DEIXEI DE REALIZAR A VISTORIA PRÉVIA PREVISTA NO EDITAL, ACEITANDO INTEGRALMENTE O OBJETO DA LICITAÇÃO.

....., DE DE 2024.

REPRESENTANTE LEGAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2025 PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU**, com sede na Rua XV de Novembro, 686 – Centro, na cidade de Pariquera-Açu, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.685.120/0001-08, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. Wagner Bento da Costa, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 011/2024, publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 003/2025, **RESOLVE** registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta **ATA**, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO E DO ADJUDICATÁRIO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha de proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇOS** para fornecimento de medicamentos em atendimento a farmácia Municipal de Pariquera-Açu, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, especificados no Termo de Referência, anexo ao edital de Licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

1.2 O Adjudicatário dos itens constantes da presente Ata foi a empresa xxxxxx, CNPJ nº xxxxx, com endereço na Rua xxxxx.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item (observar art. 82, §3º), fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

DESCRIÇÃO DOS ITENS COM AS QUANTIDADES (MÍNIMAS E MÁXIMAS) E VALORES REGISTRADOS

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA.

4.1 A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade do preço registrado.

4.1.1 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

4.1.2 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários e a identificação da ficha correspondente.

4.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 4.2 deverá ser assinado pelo prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

4.4.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2 Mantiverem sua proposta original.

4.4.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5 O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

4.7.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.

4.8 O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br

4.10 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.11 A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura física ou digital.

4.12 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 0e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.13 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2 aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observado o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

4.13.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.13.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.14 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.

5.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2 Restringindo-se o reequilíbrio a alguns itens fornecidos em circunstâncias específicas, a ata poderá prever preços distintos na forma do artigo 82, III, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.4 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021.

5.2 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice aplicado será o IPCA;

5.3 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS.

6.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.5 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.8 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021 e na legislação aplicável.

6.9 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.10 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.6 e no item 6.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.11 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADA NA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

7.1 As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2 O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2 De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3 O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4 Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 33 do Decreto nº 11/2024.

7.5 Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6 Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7 Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 0, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS.

8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11/2024; ou

8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br.

8.3 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 0 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.4 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.5 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.5.1 Por razão de interesse público;

8.5.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.6 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11/2024.

9. DAS PENALIDADES.

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

9.2 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.3 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIII, do Decreto nº 11/2024), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11/2024).

9.4 O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 8.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS.

10.1 As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao Edital.

10.2 É vedada a contratação de mais de uma empresa, no mesmo órgão ou na mesma entidade, para execução do mesmo serviço, salvo o disposto no artigo 15, inciso XIII do Decreto Municipal nº 11/2024.

10.3 No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

10.4 Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@parqueraacu.sp.gov.br.

PARIQUERA-AÇU, xx DE JANEIRO DE 2025.

WAGNER BENTO DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

REPRESENTANTE DA EMPRESA
ADJUDICATÁRIA

TESTEMUNHAS

1º - _____
R.G.

2º - _____
R.G.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

ANEXO

CADASTRO RESERVA

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Especificação	Unidade	Quant. Máxima	Quant. Mínima	Valor unitário	Prazo validade/garantia

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Especificação	Unidade	Quant. Máxima	Quant. Mínima	Valor unitário	Prazo validade/garantia



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br

ANEXO X – MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ____/2025

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU E A EMPRESA ***

O **MUNICÍPIO DE PARIQUERA-AÇU**, com sede no(a) Rua XV de Novembro, 686 – Centro, na cidade de Parquera-Açu/Estado São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 45.685.120/0001-08, neste ato representado(a) pelo **PREFEITO MUNICIPAL**, Sr. Wagner Bento da Costa, portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, doravante denominada **CONTRATANTE**, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 003/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 123/2006, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Registro de Preço do Pregão Eletrônico nº 003/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas, bem como as disposições previstas no edital e no termo de referência.

1. OBJETO.

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha de proposta mais vantajosa para **REGISTRO DE PREÇOS** para fornecimento de medicamentos em atendimento a farmácia Municipal de Parquera-Açu, conforme quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão para registro de preços nº 046/2024, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

REPRESENTANTE:

E-MAIL:

TEL.: ()

2. VIGÊNCIA.

2.1 O prazo de vigência deste Termo de Contrato será de xx meses, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____.

3. PREÇO.

3.1 O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ xxx.

3.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

4.1 Os recursos orçamentário para a execução do objeto do presente processo licitatório utilizarão as seguintes classificações contábeis da Ficha nº xxx.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br

5. PAGAMENTO E CRITÉRIOS DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA.

5.1 O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Edital e no Termo de Referência .

5.2 Em caso de atraso de pagamento, motivado pela Contratante, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, tendo como base o Índice IPCA do mês anterior ao pagamento da parcela.

6. REAJUSTE.

6.1 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Edital e no Termo de Referência, anexos a este Contrato.

7. REAJUSTAMENTO E REEQUILÍBRIO.

7.1 O procedimento e os prazos para o pedido e análise do reequilíbrio econômico-financeiro e estão os previstos no Edital e no Termo de Referência, anexos a este Contrato.

7.2 Os preços pactuados serão reajustados de acordo com o índice IPCA vigente na época.

8. GARANTIA DO CONTRATO.

8.1 Será exigida prestação de garantia pela empresa vencedora do certame no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura do contrato, nas modalidades previstas no artigo 96, no patamar de 5% (cinco por cento) do valor do contrato.

9. ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As condições de execução do objeto do contrato são aquelas previstas no Edital e no Termo de Referência , anexos a este Contrato.

10. DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI nº 13.709/2018).

10.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

10.2 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

10.3 A CONTRATADA obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

10.4 A CONTRATADA não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

10.5 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br

aprovação da Prefeitura do Município de Pariquera-Açu, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção e gestão.

10.6 A CONTRATADA obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a Prefeitura do Município de Pariquera-Açu está exposta.

10.7 A CONTRATADA deverá manter os registros de tratamento de dados pessoais que realizar, assim como aqueles compartilhados, com condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo.

10.8 A CONTRATADA deverá, sempre que solicitado, disponibilizar toda a informação necessária para demonstrar o cumprimento das obrigações relacionadas à sistemática de proteção de dados, bem como prestar toda e qualquer informação e documentação que comprove a implementação dos requisitos de segurança especificados na contratação, de forma a assegurar a auditoria do objeto contratado, bem como os demais dispositivos legais aplicáveis.

10.9 A CONTRATADA se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores, e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, assumindo o compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados.

10.10 A CONTRATADA não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

10.11 Caso autorizada transmissão de dados pela CONTRATADA a terceiros, as informações fornecidas/compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual.

10.12 A CONTRATADA deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

10.13 A CONTRATADA deverá comunicar formalmente e de imediato à Prefeitura do Município de Pariquera-Açu a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo ao titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

10.14 A comunicação acima mencionada não eximirá a CONTRATADA das obrigações, e/ou sanções que possam incidir em razão da perda de informação, dados pessoais e/ou base de dados.

10.15 Encerrada a vigência do contrato ou após a satisfação da finalidade pretendida, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pela Prefeitura do Município de Pariquera-Açu e, em no máximo trinta dias, sob instruções e na medida do determinado por este, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br

10.16 A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade e ressarcimento por todo e qualquer dano e/ou prejuízo sofrido incluindo sanções aplicadas pela autoridade nacional decorrentes de tratamento inadequado dos dados pessoais compartilhados pela Prefeitura do Município de Pariquera-Açu para as finalidades pretendidas neste contrato.

10.17 A CONTRATADA ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela Prefeitura do Município de Pariquera-Açu.

10.18 Eventuais responsabilidades serão apuradas de acordo com o que dispõe a Lei nº 13.709/2018.

11. FISCALIZAÇÃO.

11.1 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Projeto Básico e no Edital, anexos a este contrato.

11.2 Para este contrato o Gestor responsável será o _____ e a Fiscal do Contrato será a _____.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA.

12.1 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência e no Edital, anexos a este contrato.

13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1 As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo Referência e no Edital, anexos a este contrato.

14. DA EXTINÇÃO DO CONTRATO.

14.1 O presente termo de contrato poderá ser extinto:

14.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas no inciso I do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, e com as consequências indicadas no art. 139 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

14.1.2 Amigavelmente, nos termos do art. 138, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

14.1.3 A extinção contratual deverá ser formalmente motivada nos autos de processo administrativo assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa, verificada a ocorrência de um dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021.

14.1.4 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.

14.1.5 O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

14.1.6 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.1.7 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.1.8 Indenizações e multas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARIQUERA-AÇU

ESTADO DE SÃO PAULO

Rua XV de Novembro, 686 – Centro – Telefone: (13) 3856-7100 – CEP 11930-000 - e-mail gabinete@pariqueraacu.sp.gov.br.

15. VEDAÇÕES.

15.1 É vedado à contratada:

15.2 Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

15.3 Interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16. ALTERAÇÕES.

16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

16.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.4 Nas alterações unilaterais em caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite de acréscimo será de 50% (cinquenta por cento).

17. DOS CASOS OMISSOS.

17.1 Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.

18. PUBLICAÇÃO.

18.1 Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) e, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei nº 14.133/2021.

19. FORO.

19.1 É eleito o Foro da Comarca de Pariquera-Açu para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/2021.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, foi assinado pelos contraentes.

Pariquera-Açu, xx de _____ de 2025.

Responsável legal da CONTRATANTE

Responsável legal da CONTRATADA